

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS DE NATAL
CURSO DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

JANIELE BIANCA GOMES GONÇALVES

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO ENGENHO DE CUNHAÚ COMO
ESPAÇO SAGRADO: DA CAPELA AO SANTUÁRIO DE CUNHAÚ**

NATAL / RN
2015

JANIELE BIANCA GOMES GONÇALVES

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO ENGENHO DE CUNHAÚ COMO
ESPAÇO SAGRADO: DA CAPELA AO SANTUÁRIO DE CUNHAÚ**

Monografia apresentada a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito para obtenção do título de licenciado em Ciências da Religião.

Orientador: Professor Doutor Daniel Bezerra de Brito

NATAL, RN

2015

JANIELE BIANCA GOMES GONÇALVES

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO ENGENHO DE CUNHAÚ COMO
ESPAÇO SAGRADO: DA CAPELA AO SANTUÁRIO DE CUNHAÚ**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Daniel Bezerra de Brito

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Natal/RN

Prof. João Bosco Filho

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Natal/RN

Prof. José Carlos Filho

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Natal/RN

Dedico primeiro a Deus, depois a meus pais, Benvenuto e Josilene, assim como
minhas irmãs, Janine e Jacielle.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro.

Agradeço a minha família, que com muito sofrimento me incentivaram diante deste tempo de leituras e noites sem dormir. São eles meu pai, Benvenuto, minha mãe Josilene, e as minhas amadas irmãs, Janine e Jacielle. Não esqueço dos meus companheiros de sala; não citarei nomes para que não esqueça de alguém, mas lembro de todos com muita alegria. Agradeço também ao meu orientador, que com muita paciência soube me orientar, principalmente diante das adversidades que tive neste percurso. Suas correções foram essenciais.

Agradeço por fim a banca por aceitar avaliar este trabalho.

“A Educação qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática”.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho discute sobre o processo de desenvolvimento do considerado hoje espaço ou lugar sagrado que abriga o Santuário de Cunhaú, localizado no município de Canguaretama do qual pertence ao estado do Rio Grande do Norte na região nordeste do Brasil, a partir do olhar das Ciências da Religião. Utilizamos para isto, a pesquisa Bibliográfica segundo Gil (2002). Apresentamos a invasão/chegada dos holandeses ao Brasil e à Capitania Hereditária do Rio Grande. Depois, descrevemos os motivos que levaram os holandeses e algumas tribos nativas a realizarem o evento conhecido como Massacre dos Mártires de Cunhaú. Em seguida, apontamos a criação do espaço sagrado do Santuário Chama do Amor no século XX, como consequência desse morticínio. Concluimos afirmando que os motivos que motivaram o massacre foram de cunho religioso, econômico e territorial. E o espaço sagrado surge como um recorte diante do mundo caótico.

Palavras-chaves: Massacre de Cunhaú. Espaço Sagrado. Ciências da Religião.

ABSTRACT

This work discusses the development process of the space or sacred place in. Shrine of Cunhaú, located in the city of Canguaretama at the Brazilian State of Rio Grande do Norte in the Northeast of Brazil, from the view of the Science of Religion using the Bibliographic search according to Gil (2002). We present the invasion and arrival of Dutch in Brazil and at the Captaincy of Rio Grande. Then describe the reasons that took the Dutch and some native tribes to conduct the events known as Cunhaú Massacre. Following we account the creation of the sacred space Sanctuary Flame of Love in the 20th century as a result of this slaughter. In conclusion the reasons which led to the massacre were religious, economic and territorial nature. And, the sacred space appears as a fragment of the chaotic world.

Keywords: Cunhaú Massacre. Sacred Space. Religious Sciences.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	METODOLOGIA	
3	DA CHEGADA/INVASÃO DOS HOLANDESES AO BRASIL À CAPITANIA DO RIO GRANDE	13 16
3.1	A INVASÃO HOLANDESA NO BRASIL	21
3.2	A INVASÃO HOLANDESA NA CAPITANIA DO RIO GRANDE	
4	O MASSACRE HOLANDÊS NO ENGENHO DE CUNHAÚ	24
4.1	ASPECTOS DO ENGENHO DE CUNHAÚ E O MASSACRE DA ALIANÇA HOLANDESA NATIVA	25
5	O DESENVOLVIMENTO DO CULTO AOS MÁRTIRES E A CRIAÇÃO DO ESPAÇO SAGRADO: O PROCESSO DE BEATIFICAÇÃO COMO RECONHECIMENTO DAS MORTES NO ENGENHO DE CUNHAÚ	32
5.1	O DESENVOLVIMENTO DO CULTO AOS MÁRTIRES	34
	CONCLUSÕES	38
	REFERÊNCIAS	40
	Figura1	26
	Figura2	28
	Figura3	29
	Figura4	34
	Figura5	35

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como enfoque de discussão o processo de desenvolvimento do considerado hoje espaço ou lugar sagrado que abriga o Santuário de Cunhaú, localizado no município de Canguaretama qual pertence ao estado do Rio Grande do Norte na região nordeste do Brasil.

Nosso interesse em estudar esse tema surgiu após várias discussões nas salas de aulas do Curso de Ciências da Religião¹, oferecido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Avançado de Natal. Sendo mais específica foram durante as aulas de estágio III e IV² e de Monografia I e II³ que este tema veio surgindo a tal ponto de amadurecer e então escolhemos nos deter para a apresentação deste Trabalho de Conclusão de Curso. Foi exatamente no decorrer das aulas de Estágio Supervisionado, sendo mais enfática, os estágios III e IV⁴, como disse anteriormente, que pude amadurecer esta ideia, tendo em vista que, por causa da coordenação da aula apresentei um trabalho a uma das turmas sobre a religiosidade da região de Canguaretama/RN.

Diante disso, surgiu a preocupação de que os meus conhecimentos sobre a terra em que nasci eram muitos vagos, incertos, imprecisos, permeados de senso comum, e que por sinal foram bastante regados pela população residente naquela cidade.

Falando em termos científicos e acadêmicos⁵, tal argumentação pautada pelo meu senso religioso e comum, configura-se justamente oposta ao das investigações, como poderemos ver mais adiante, tendo em vista que apresenta muitas vezes

¹ Área de conhecimento ligada às Ciências Humanas e Sociais. No Rio Grande do Norte, as Ciências da Religião é um curso de licenciatura oferecido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, no Campus Avançado de Natal, onde tem a incumbência de formar professores para a coordenação das aulas de Ensino Religioso na rede pública de todo o estado.

² As aulas de Estágio Supervisionado ocorrem entre o quinto e oitavo períodos, contabilizando, dessa maneira, o total de quatro estágios. Cabe dizer que os estágios I e II são para observação da sala de aula e os III e IV são para a coordenação das aulas por parte do estagiário.

³ As aulas de Monografia I ocorrem no sétimo período e as aulas de Monografia II ocorrem no oitavo período.

⁴ Durante estes estágios pude coordenar algumas aulas de Ensino Religioso na Escola Municipal Padre João Maria, localizado no bairro Potengi, Zona Norte de Natal no período noturno para as turmas de sexto e oitavo ano.

⁵ Do ponto de vista religioso tenho um conhecimento um pouco mais abrangente, pois, desde de pequena fui incentivada e conduzida pelos meus pais a frequentar a igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, onde costumava ouvir as histórias/estórias que, tanto a população como os padres daquela região contavam.

impressões falsas ou desvirtuadas, que nos são dadas, e configuram-se muitas vezes como aparências.

Do fato de pouco conhecer a região de Canguaretama, não significa que desconheço totalmente o objeto de meu estudo, mas, tenho um pequeno conhecimento das histórias e/ou estórias que “a grande maioria do povo conhecem para as bandas de lá”, ou seja, quase que exclusivamente de cunho religioso. É justamente desse fato, de pouco conhecer cientificamente, que decorre nosso interesse em investigar tal temática—o processo de desenvolvimento do Santuário de Cunhaú localizado no município de Canguaretama/RN enquanto espaço ou lugar sagrado. Agora, com o intuito de investigá-lo de maneira científica, alicerçada em embasamentos teórico-científicos e já estudado por pesquisadores de várias áreas de conhecimento do qual iremos usufruir solicitando várias vezes para os esclarecimentos deste trabalho.

Assim sendo, busco fugir dos “contos e mitos” populares que permeia o *sensocomune* aproximar de uma investigação científico-acadêmica que possibilite um conhecimento, mesmo que ínfimo, ou parcial, contribuindo assim, para a construção do meu conhecimento, como também, da história da cidade de Canguaretama.

Dessa forma, contribuo também, com as pesquisas de cunho científico-acadêmicas, e de maneira mais específica ao Departamento de Ciências da Religião da UERN.

Depois de ter apresentado o tema e as justificativas que são essenciais em um trabalho universitário em nosso trabalho de investigação, delimito o meu objeto de estudo como sendo o *espaço ou lugar sagrado* que configura o *Santuário de Cunhaú localizado no município de Canguaretama pertencente ao estado do Rio Grande do Norte*.

Disso decorre que nosso *objetivo geral* é investigar o processo de desenvolvimento do Engenho de Cunhaú ao Santuário de mesmo nome.

Delimitamos como *objetivos específicos* desta investigação três pontos apresentados abaixo.

a) Identificar as questões que levaram à invasão/chegada tanto no Brasil, assim como também à Capitania do Rio Grande por parte das tropas advindas da Holanda;

b) Apresentar o contexto do engenho de Cunhaú no início da capitania do Rio Grande e episódio conhecido atualmente como Massacre dos Mártires de Cunhaú;

c) E por fim, mostrar como ocorreu o processo de criação do espaço sagrado entorno do local do massacre e que os promoveram a serem reconhecidos como mártires pela Igreja Católica Apostólica Romana, sob a ótica das Ciências da Religião⁶.

Dessa explanação acima, apresentamos em seguida a nossa questão de partida. O questionamento inicial que gerou a preocupação com esta investigação de cunho científico-acadêmica foi a seguinte:

- Como ocorreu o processo de desenvolvimento da Capela ao Santuário no Engenho de Cunhaú que tornou-se um espaço de peregrinação no município de Canguaretama no estado do Rio Grande do Norte a partir da morte no engenho de mesmo nome?

Decorre então, diante desta investigação, que nossa opção metodológica para nosso trabalho de aprofundamento científico é a pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) que será explicado mais adiante, no início do próximo capítulo.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo organizado da seguinte maneira para melhor entendimento por parte do leitor.

Apresentei na introdução a delimitação do assunto, a justificativa, o objeto de estudo a questão inicial da pesquisa o objetivo tanto geral quanto específico, e a metodologia adotada para este percurso de investigação científica-acadêmica que ora apresento.

No segundo capítulo, apresentaremos a metodologia, onde justificaremos a escolha do procedimento bibliográfico.

No terceiro capítulo, discutiremos acerca da chegada/invasão dos holandeses em terras brasileiras, assim como a chegada/invasão ao território da capitania do Rio Grande.

No quarto capítulo, descreveremos como era a região do engenho de Cunhaú e o massacre ocorrido naquele local.

⁶ Explicaremos mais adiante com mais detalhes qual é o olhar que pauta as investigações das Ciências da Religião, e que conseqüentemente iremos nos apropriar para embasarmos este trabalho.

No quinto capítulo mostraremos o desenvolvimento do culto aos mártires e a criação do espaço sagrado que surgiu a partir do processo de beatificação como reconhecimento das mortes ocorrida no engenho de Cunhaú.

Por fim, nas conclusões, retomaremos os pontos discutidos em nosso trabalho, apontando nosso entendimento dos fatos aqui investigados e as conclusões almejadas com esta pesquisa de cunho científico-acadêmica.

2 METODOLOGIA

Em primeiro lugar destacamos nossa opção de investigação de metodologia do trabalho. Escolhemos para este trabalho a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002, p. 44)

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Sendo assim, nosso trabalho é uma pesquisa bibliográfica porque só usamos exclusivamente materiais elaborados, no caso os livros para as referenciais. Em relação a vantagem de se realizar uma pesquisa desse tipo, o mesmo autor nos diz que

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda *per capita*; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos (GIL, 2002, p. 45).

Usamos justamente desta vantagem, desse ter uma cobertura maior de dados, para prosseguirmos nosso trabalho.

Continuando na explicação da metodologia, falo sobre as A(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões).

Percebemos no decorrer do curso que A(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) não é uma área fácil de se estudar. Constatamos mais ainda isso quando fomos escrever este trabalho.

Como área de estudos seu início se deu no final do século XIX, tendo como o fundador Max Müller (FILORAMO; PRANDI, 1999; USARSKI, 2006). Porém, sua

institucionalização só se deu no período de pós-segunda guerra mundial (USARSKI, 2006).

No Brasil, esta área é mais nova ainda. Remete a transição do final do século XX para o início do século XXI quando houve a necessidade de um curso acadêmico para formar professores para a disciplina de Ensino Religioso no território brasileiro sem a pretensão de catequese e evangelização.

Devido a esse curto período de existência existe certa dificuldade em se fazer pesquisas nessa área. Mas esta área de conhecimento reconhece uma variedade enorme de se fazer ciência o que implica em uma dificuldade de definir um nome para esta área. Este fato é bem claro na citação abaixo.

As alternativas em jogo são, substancialmente, quatro; no plano lógico, elas nascem da possibilidade de cruzar um singularidade (ou pluralidade) de método com a singularidade (ou pluralidade) de objeto. Quem fala de ciência da religião tende, de um lado, a pressupor a existência de *um* método científico e, do outro, também de *um* objeto unitário. Quem, ao contrario, como estes autores, prefere falas de ciências das religiões, o faz porque está convencido tanto do pluralismo metodológico (e da impossibilidade de reduzi-lo a um mínimo denominador comum) quanto do pluralismo do objeto (e da não liceidade e até impossibilidade, no plano da investigação empírica, de construir sua unidade). Entre esses dois extremos há duas soluções intermediárias. Assim, haverá quem fale de ciência das religiões ou, então, quem prefira falar de ciências da religião (FILORAMO; PRANDI, 1999, P. 12).

Esta longa citação acima serve para entendermos a dificuldade de se pesquisar na área. A começar pela nomenclatura. Mas independente da nomenclatura, percebemos que o objeto de estudo é sempre a religião ou o fenômeno religioso (FILORAMO; PRANDI, 1999).

Citando o pesquisador Frank Usarski (2006, p. 126), que defende a nomenclatura de Ciência da Religião, temos um melhor conceito e mais elaborado do que seja esta área de conhecimento.

Ciência da Religião é a disciplina empírica que investiga sistematicamente religião em todas as suas manifestações. Um elemento-chave é o compromisso de seus representantes com o ideal da neutralidade ante os objetos de estudo. Não se questiona a “verdade” ou a qualidade de uma religião. Do ponto de vista metodológico, religiões são “sistemas de sentido formalmente idênticos”. É especificamente esse princípio metateórico que distingue a Ciência da Religião da Teologia.

Percebemos também que estudar as manifestações com o ideal de neutralidade é um fator importante. O autor continua, afirmando que

O objetivo da Ciência da Religião é fazer um inventário, o mais abrangente possível, de fatos reais do mundo religioso, um entendimento histórico do surgimento e desenvolvimento de religiões particulares, uma identificação e seus contatos mútuos, e a investigação de suas inter-relações com outras áreas de vida (USARSKI, 2006, P. 126).

Sendo assim, foi diante dessa conceituação acima que nos propomos a realizar esta investigação. No nosso caso, estudamos um fenômeno específico: o espaço ou lugar sagrado. Neste último caso, *espaço ou lugar sagrado*, recorreremos a dois autores. O primeiro autor é Mircea Eliade (1992, p.18) em primeiro lugar nos diz que “a revelação de um espaço sagrado permite que se obtenha um “ponto fixo”, possibilitando, portanto, a orientação na homogeneidade caótica, a “fundação do mundo”, o viver real”. Continua o mesmo autor, afirmando que “todo espaço sagrado implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que tem como resultado destacar um território do meio cósmico que o envolve e o torna qualitativamente diferente” (ELIADE, 1992, p. 20).

O outro autor de destaque é José Severino Croatto (2001, p. 347) que nos diz que “o lugar sagrado é um espaço ‘recortado’ dentro do grande espaço cósmico ou telúrico”.

Dessas duas explicações surgiu nosso tema assim como um questionamento: a região do Engenho de Cunhaú é um espaço sagrado ou lugar sagrado?

Antes de respondermos, irei explicar alguns pontos da história dessa região como pano de fundo da nossa investigação, para depois podermos aprofundar nessa questão. Assim, voltamos no tempo para discutir sobre a chegada dos holandeses no Brasil e em seguida, na capitania do Rio Grande, no próximo capítulo.

3 DA CHEGADA/INVASÃO DOS HOLANDESES NO BRASIL À CAPITANIA DO RIO GRANDE.

Traremos neste capítulo, em primeiro lugar, a discussão acerca da chegada/invasão dos holandeses ao Brasil. Em segundo lugar, avançaremos neste contexto histórico, explorando a chegada/invasão ao território da capitania do Rio Grande.

3.1A INVASÃO HOLANDESA NO BRASIL

Como início do nosso pano de fundo para a investigação científico-acadêmico, falarei neste item sobre a invasão e/ou chegada dos holandeses em terras brasileiras.

O primeiro, e fundamental ponto de discussão de quando falamos da invasão dos holandeses no litoral do nordeste brasileiro está relacionado a importância da produção açucareira no período de colonização, pois com o sucesso desta, que foi feita por Portugal, os olhos de alguns países europeus se viraram para esta região – brasileira (MONTEIRO, 2002).

A economia açucareira teve início no litoral e foi bastante lucrativa, pois o produto era bastante consumido nos países europeus. A cultura da cana-de-açúcar ainda deu aos colonizadores portugueses, a possibilidade de organização do cultivo permanente do solo. Com isso, houve o início do povoamento da colônia de uma maneira sistemática e a produção de açúcar em terras brasileiras se tornou o melhor caminho encontrado pelos portugueses para compensar economicamente os esforços em proteger as colônias de ameaças estrangeiras. Em outras palavras, a atividade açucareira contribuiu tanto na questão do povoamento das terras, assim como em diz respeito a economia da colônia. Em relação ao povoamento devemos lembrar das Capitanias Hereditárias, que no total foram quinze (MONTEIRO, 2002; TRINDADE, 2010).

Aqui cabe um parêntese. É importante ressaltar que a atividade econômica açucareira superou a atividade de extração do pau-brasil, embora esta tenha continuado até o início do século XVII, segundo afirmam os livros de História do Brasil.

Retomando a discussão, mesmo as inúmeras tentativas dos portugueses em assegurar a posse da terra recém-descoberta, não foram suficientes para afastarem as constantes ameaças ao domínio colonial. Espanha por exemplo sofreu cobiças por alguns países do Velho Mundo, tais como: Inglaterra, França e Holanda, tendo em vista que os domínios territoriais daquela abrangiam terras na Europa, Ásia, África e América – sendo este último um importante território para a recuperação de uma Espanha que se encontrava cambaleante tanto economicamente quanto politicamente, devido as guerras com outros países e os gastos com as colônias. Porém, foi do continente americano que saíram navios espanhóis carregados de ouro e prata que ajudaram a tornar mais forte o império espanhol (TRINDADE, 2010).

Devido a isso os países europeus que também queriam fazer parte do comércio colonial, abriram disputas com invasões a várias regiões do continente americano que pertenciam tanto a Portugal como a Espanha. Seus objetivos eram fundar colônias próprias dentro desses territórios. Esses países foram principalmente França e Holanda.

Dentre as potências que iniciaram as disputas de posse de terras no continente americano contra os portugueses e os espanhóis, os franceses foram a ameaça inicial em terras portuguesas. Eles se estabeleceram no litoral para contrabandear o pau-brasil, todavia, como traz a historiadora Denise Mattos Monteiro, essas investidas foram repelidas com lutas.

[...] foi combatidos progressivamente com o avanço da ocupação portuguesa no litoral, através de lutas armadas seguidas do estabelecimento de núcleos de povoamento português ao longo da costa. Mesmo as duas tentativas francesas de colonização, isto é, de ocupação efetiva do território que viria a ser Brasil – ocorridas no Rio de Janeiro, entre 1555 e 1567, e no Maranhão, entre 1594 e 1615 – foram rechaçadas por Portugal (MONTEIRO, 2002. P. 45).

A empreitada francesa em terras brasileiras não vigorou. Porém, outro país buscou novos horizontes rentáveis em terras brasileiras foi a Holanda. Os holandeses, por sua vez, tiveram um importante papel no desenvolvimento do Brasil colonial. Eles dominaram quase todo o território do nordeste açucareiro por décadas no decorrer do século XVII, por uma tentativa de investir no capital mercantil europeu. Mesmo não tendo participado diretamente das expedições marítimas que implicaram na “Descoberta” – fato este atribuído a Portugal e Espanha – mas, a

Holanda se fez presente no processo de incorporação da América ao capitalismo mercantil europeu através de sua frota mercantilista, sendo ela a maior existente na época, e por seu controle na distribuição dos produtos naquele continente como dia a autora MONTEIRO (2002).

O desejo do território empossado por Portugal fez da Holanda um importante mediador entre o Velho e o Novo Mundo. A burguesia holandesa financiou, com empréstimos de capital, instalações de engenhos açucareiros e no transporte de produtos para a Europa, ou seja, a empresa açucareira foi instalada com capital holandês. Contudo esses interesses seriam quebrados devido a fatores políticos que imbricam na presença da Holanda no Brasil (TRINDADE, 2010).

A partir de então a Coroa espanhola utiliza-se de diversos fatores para proibir a Holanda de ter acesso aos produtos das colônias da América portuguesa, modificando-se assim as relações comerciais entre Portugal e Holanda. Essa situação foi agravada com a reivindicação da Holanda por sua independência da Espanha no século XVI e a passagem de Portugal para o domínio espanhol em uma junção dos tronos, resultado da união entre as monarquias espanhola e portuguesa após a guerra da sucessão portuguesa – temos no episódio a consolidação da chamada União das Coroas Ibéricas ou União Peninsular (1580-1640) (TRINDADE, 2010). Cabe ressaltar que os holandeses católicos eram favoráveis à dominação dos espanhóis e holandeses protestantes eram favoráveis a independência do país (TRINDADE, 2010).

Todavia o imbróglio causado pela União Ibérica ou União Peninsular não ficou restrito a essas potências não, são variados exemplos de desfeitos de alianças. Para ilustrar, podemos citar como exemplo a Inglaterra que mesmo sendo aliada de Portugal desde tempos remotos, passou a ser inimiga destes devido ao episódio, já que os ingleses tinham a Espanha como inimigos, fazendo com que deteriorasse as relações entre ingleses e portugueses (TRINDADE, 2010).

Uma das soluções encontrada pela Holanda para sair dessa situação e enfrentar a União Ibérica foi invadir o Nordeste brasileiro, apossando-se da produção de açúcar da região – nota-se então, que as disputas entre Holanda e Espanha devido a viés econômico e religioso, agora respinga nas terras de Portugal.

Para invadir a região foi criada como estratégia holandesa para burlar o bloqueio espanhol a fundação da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), em 1621, em que obteve direitos na conquista, tendo em vista que o governo holandês

apoiava-a. Formada por hábeis comerciantes da região, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) detinha o controle do comércio açucareiro e a invasão dos domínios ibéricos no continente americano. Como era uma organização militar e comercial, a companhia atuava militarmente no frágil império ibérico com o objetivo de enfraquecer ainda mais as duas potências da época (TRINDADE, 2010).

Com essas novas conjunturas a Holanda planeja a invasão na América, mais precisamente em território brasileiro. Segundo Sérgio Luiz Bezerra Trindade, a invasão ocorreu da seguinte maneira:

Em 1624, os holandeses invadiram a Bahia, mas foram expulsos no ano seguinte. Porém, em 1630, com uma esquadra bem preparada, os holandeses invadiram Pernambuco, onde permaneceram por 24 anos, e de onde estenderam seus domínios por quase todo o nordeste. Porém, a aventura brasileira não foi tão lucrativa como imaginavam os acionistas da WIC. (TRINDADE, 2010. P. 47).

Acima temos então as tentativas, com fracassos e sucessos, por parte dos holandeses para o domínio, predominantemente pensado, no território litorâneo da região nordeste, e o resultado final da empreitada holandesa. Este último caso não nos interessa agora.

Segundo TRINDADE (2010) e MONTEIRO (2002) antes mesmo desta conquista de Pernambuco, em 14 de fevereiro de 1630, fundando o Arraial do Bom Jesus, a Companhia planejou uma política de aproximação e aliança com as tribos indígenas da região que facilitou o processo de conquista.

Com essa aproximação com os indígenas, os holandeses promoveram a primeira excursão em terras próximas a então região da Capitania do Rio Grande. Desses contatos, alguns índios Tupi-Potiguara partiram para a Holanda – onde aprenderam a ler, escrever, foram catequizados⁷ e passaram informações importantes sobre as terras visadas – sendo eles intérpretes também dos europeus. Ouve nesse caso uma troca de culturas com o objetivo holandês de uma maior obtenção de informações. Segundo TRINDADE, “a tática holandesa junto aos índios foi a das boas relações. Alguns índios foram estudar na Holanda, como o chefe potiguar Antônio Paraopaba [...]” (TRINDADE, 2010, p. 59).

⁷ Usamos a nomenclatura catequizados porque os autores mencionam assim o denominam, mas entendemos que seja evangelização.

Essa aliança entre índios e holandeses resulta em uma dupla explicação possível, como nos informa a pesquisadora Denise Mattos:

Em primeiro lugar, é preciso considerar que, do ponto de vista indígena, frente à necessidade de conviver com os invasores, fossem eles portugueses ou holandeses, aos indígenas cabia a decisão política da aliança que lhes parecesse menos danosa ao seu povo e a sua cultura. Em segundo lugar, enquanto a convivência com os portugueses havia implicado até então em massacres e na escravidão indígena, os holandeses reconheceram e garantiram, oficialmente, o direito dos índios à liberdade. (MONTEIRO, 2002. pp. 49-50)

Temos aqui um cenário com dois tratamentos diferentes e uma escolha. Para os indígenas a aliança com os portugueses não lhes traziam benefícios, ao contrário da “proposta” dos holandeses que além de ser mais sólida, consistente, do ponto de vista vivencial, tinha esse caráter de ajuda mútua e não de controle, como ocorria com os portugueses.

Assim, este foi o contexto em que os holandeses adentraram em terras brasileiras. Regado por disputas econômicas, territoriais e religiosas.

3.2 A INVASÃO HOLANDESA NA CAPITANIA DO RIO GRANDE

Agora vamos contar como os holandeses invadiram e/ou chegaram às terras potiguares da então Capitania Hereditária do Rio Grande.

No que diz respeito as tentativas de invasão existe uma confusão que trataremos na íntegra.

A primeira incursão ocorreu em 20 de janeiro de 1625 quando a esquadra de EdamBoudewinij, procedente de Baía da Traição e que chegara tardiamente para salvar o domínio holandês em Salvador (Bahia), velejara, segundo Cascudo (1984, p. 60), “para o norte, com as suas naus fervendo de escorbuto, tripulações exasperadas pelo malogro que lhes retirava a esperança de saque. Lançando ferro, o almirante flamengo mandou desembarcar e reconstruir alojamentos para os enfermos. Indígenas de toda a parte surgiam, vendendo, comprando, assombrados com tanta flâmula, bandeira e gente armada. O almirante decidiu mandar uma patrulha observar o país. Escolheu o capitão UzeelJohannes de Laet” que com vários soldados e alguns indígenas “fez uma entrada, caminho do Rio Grande do Norte”, encontrando um engenho com umas trezentas caixas de açúcar e muito gado, sem, entretanto, apossar-se desse material (Cascudo, 1984, p. 61). Para Hélio Galvão (1979, p. 77), a primeira

incursão holandesa no litoral da capitania do Rio Grande é de 19 de julho de 1625, quando o capitão Uzeel desembarcou em Barra de Cunhaú e “foi até o engenho deste nome com um grupo misto, soldados e índios”. Não pegou nada, dada a distância entre o engenho e o porto, voltando ao quartel a 23. JoostCloster foi outro que percorreu o litoral potiguar, estudando um possível ponto de desembarque. Outras duas tentativas foram feitas – em 1625 e 1628. Neste último ano, cinco indígenas, moradores de Baía da Traição (PB), cristianizados e flamencizados, CasparPaoupaba, Andreus Francisco, PieterPoty, Antony Francisco e LauysCaspar, “compareceram no dia 20 de março perante o notário Kilian van Resselaer, com a finalidade de prestarem informações detalhadas da costa nordestina brasileira aos seus amigos neerlandeses (MEDEIROS FILHO, 1998, p. 16-19) (CITADO emTRINDADE 2010, p.54).

Percebemos então que não há um consenso sobre a primeira invasão no território potiguar. Alguns pesquisadores afirmam que foi no ano de 1625, porém com datas e meses diferentes e outros afirmam também uma invasão no ano de 1628.

Independentemente da primeira invasão, que não vigorou, foi somente no ano de 1630 que os holandeses obtiveram êxito real na Capitania do Rio Grande. Trindade citando Câmara Cascudo no diz que:

Em maio de 1630 os holandeses fizeram uma nova incursão na capitania do Rio Grande, quando, liderados por Adriano Verdonk, entraram por Cunhaú, passaram pela aldeia de Mipibu, avançaram, “calca as areias dos taboleiros de Cajupiranga e chega a Natal, olhando as quarentacasas de taipa, cobertas de palha”, desejando mesmo examinar o Forte dos Reis Magos, o que ofaz detidamente (CASCUDO, 1984, p. 61apud TRINDADE, 2010. P. 54).

Contudo, somente em 1633 que os holandeses conseguem incorporar efetivamente o Rio Grande. Sob os comandos do almirante Jean CornelissenLichthard, onze embarcações e oitocentos e oitenta e oito soldados saíram de Pernambuco em direção à Capitania potiguar para que pusessem em prática os objetivos traçados. Em 7 de dezembro era posto em prática o plano: desembarcar duas léguas ao sul, em Ponta Negra, para que por terra fossem de encontro ao Forte e as embarcações subiriam o rio a fim de apoiar pelo lado contrário a ação (TRINDADE, 2010).

Os portugueses incapazes de se defenderem cederam às investidas e o forte passou a ser de domínio holandês, passando a se chamar de Castelo de Ceulen e

foi comandado pelo capitão JorisGarstman, a partir do dia 12 de dezembro, depois de uma batalha acirrada com bombardeios e resistência por dois dias.

A Fortaleza dos Reis tinha, naquele momento, um efetivo de 85 homens, sendo poucos soldados. Essa guarnição reduzida teve de enfrentar oito companhias holandesas compostas por 808 combatentes (GALVÃO, 1979, p. 82). No dia 12 de dezembro, os holandeses, depois de uma batalha que durou três dias e um cerrado bombardeio de artilharia desferido das dunas contra a fortificação, venceram a resistência dos soldados do capitão-mor Pero Mendes de Gouveia e tomaram a Fortaleza dos Reis, ocupando a capitania por quase 21 anos. Mudaram o nome da fortaleza para Castelo de Ceulen e o nome de Natal para Nova Amsterdã (TRINDADE, 2010, p. 56).

Por 21 anos os holandeses ocuparam a capitania e o nome de fundação da cidade, que era Natal, foi substituído por Nova Amsterdã.

Tendo em vista que um dos objetivos da conquista holandesa era o controle da produção da cana-de-açúcar e a Companhia das Índias se interessava pelos lucros desta, o Poder holandês lançou medidas para garantir seu domínio declarando que as propriedades seriam respeitadas, que empréstimos seriam realizados a juros baixos, além da liberdade de culto da população local. Esperavam em troca uma convivência pacífica (mais motivos para esta conciliação passiva entre os povos). Enquanto o interesse de um não superasse o do outro a relação política e econômica era aproveitada pelos invasores.

A tática era exatamente esta: boas relações. Alguns índios foram estudar fora nesse período, como o chefe potiguar Antônio Paraopaba, um dos comandantes do massacre de Uruaçu, Pedro Poti, Antônio Francisco, Luís Gaspar, entre outros, como já mencionamos. Todavia nesse processo não deixou de existir uma tentativa holandesa de catequizar⁸ indígenas, pois este fora sempre um precioso meio de dominação das populações nativas, principalmente após as disputas ocorridas na Europa após as chamadas Reforma Protestante, e Contrarreforma, de cunho Católico. A ação praticada pelos holandeses era realizada por missionários calvinistas que voluntariamente percorriam as aldeias das regiões que o domínio holandês prevaleceu (MONTEIRO, 2002).

⁸ Reforço que compreendemos que o termo seja evangelizar.

Mesmo com a aliança após um tratado de paz feita entre Holanda e Portugal em 1640, após este conseguir sair do domínio espanhol, o território holandês no Brasil continuou existindo e as tensões ao passar dos anos aumentaram ainda mais.

Concluimos este capítulo afirmando que o processo de invasão e/ou chegada dos holandeses em territórios brasileiros se deu por questões políticas-territoriais e econômicas por causa das disputas entre holandeses e espanhóis. A primeira devido a União Ibérica, também chamada de União Peninsular, que acarretou o embargo aos holandeses por parte do Rei da Espanha Felipe II. A segunda está relacionada a esta disputa, mas envolve a questão da atividade açucareira no litoral do nordeste brasileiro.

Assim, é fácil afirmar que o período denominado de Brasil Holandês não se deu de maneira pacífica nem amistosa entre esta nação e a União Ibérica.

4 O MASSACRE HOLANDÊS NO ENGENHO DE CUNHAÚ

No capítulo anterior, discorreremos, brevemente sobre a invasão/chegada holandesa ao território brasileiro. Motivados, principalmente, por questões políticas, ligadas a independência, e a questões econômicas, ligadas a atividade açucareira, os holandeses resolveram invadir o território brasileiro que estava sob domínio do rei da Espanha Felipe II devido a União Ibérica ou União Peninsular. Especificamos, também de maneira breve, uma invasão específica, a da Capitania Hereditária do Rio Grande.

Neste capítulo traremos à tona a discussão sobre a região do engenho de Cunhaú e o Massacre no engenho de mesmo nome, que apresenta-se por sua vez dicotômicas, distintas, opostas e diferentes.

4.1 ASPECTOS DO ENGENHO DE CUNHAÚ E O MASSACRE DA ALIANÇA HOLANDESA E NATIVA

O ponto inicial de nossa discussão aqui começa no cenário da então capitania do Rio Grande. Segundo TRINDADE (2010) durante os primeiros anos do século XVII, a capitania em questão não teve grandes problemas. Contudo, um fato que chamou a atenção foi a ameaça da invasão holandesa, principalmente após a tomada da Bahia por parte dessas tropas.

A então ameaça consolidou em uma investida e “em junho de 1625, os holandeses recolheram muito gado e umas 200 caixas de açúcar abandonadas no engenho de Cunhaú” (TRINDADE, 2010. P. 49). Entretanto, essa investida não significou a consolidação das tropas holandesas na capitania do Rio Grande. Foi apenas uma espécie de expedição exploratória.

Mas qual o motivo da invasão das tropas holandesas no território brasileiro? O embargo econômico imposto pelos espanhóis.

[...] em 1580, Portugal e suas colônias (incluindo o Brasil) passaram para o domínio da Espanha, inimiga tradicional da Holanda. Filipe II, rei da Espanha, proibiu a entrada de navios holandeses em portos espanhóis, trazendo imensos prejuízos para a Holanda, que perderia o monopólio comercial do açúcar brasileiro e não teria possibilidade de resgatar os empréstimos concedidos a Portugal (TRINDADE, 2010, p. 53).

É neste contexto que o território brasileiro é atacado. Mas qual foi o motivo da invasão à Capitania do Rio Grande?

Em 1630, forças flamengas invadiram Pernambuco, principal centro produtor de açúcar do Brasil, e de lá estenderam seus tentáculos por quase todo o Nordeste, dominando a região por 24 anos. E foi em Pernambuco que os holandeses prepararam o ataque e a invasão da capitania do Rio Grande, cuja conquista tornaria mais segura, militarmente, sua permanência no Nordeste açucareiro (TRINDADE, 2010, p. 54).

Ou seja, após a consolidação do território da capitania de Pernambuco, a Capitania do Rio Grande representava uma segurança na posse da terra cujo principal objetivo era a cana-de-açúcar (TRINDADE, 2010). Os holandeses atacaram quatro vezes o Rio Grande, sendo mais expedições de reconhecimento, como dito no capítulo anterior.

O questionamento agora é: como e porque atacaram a região de Cunhaú? Após, o domínio do Forte dos Reis Magos, houve um processo de expansão na capitania. Atacaram Genipabu, o engenho de Ferreiro Torto e o povoamento de Cunhaú, que tinha um pequeno forte de canhões (TRINDADE, 2010).

O Engenho de Cunhaú era o mais importante do Rio Grande e foi fundado pelos irmãos Antônio e Matias de Albuquerque, na sesmaria que receberam do seu pai, Jerônimo de Albuquerque no dia 02 de maio de 1604 (SILVA, 2014). Sua importância, além do açúcar, estava na “carne bovina, farinha de mandioca, milho, algodão e até mesmo gado às capitanias de Pernambuco e Paraíba” (SILVA, 2010, p. 29). Segundo SILVA, MORAIS, BRITO, e DUTRA (S/D) citando SOUZA (SOUZA: 1999, p. 40) o Engenho de Cunhaú era considerado “*a menina dos olhos dos holandeses por causa da fertilidade das suas terras*”.

Mostramos abaixo uma imagem da região do engenho na atualidade como forma de mostrar ao leitor o cenário atual do local.

Figura 1 - A imagem da Casa Grande do Engenho de Cunhaú.



Fonte: coleta de informações visuais pelo autor

Continuando, assim, após a tomada de terras, houve uma política de preservação de relações com os indígenas. No caso, os holandeses mantiveram relações com os Janduís enquanto os portugueses com os potiguares, tribo inimiga dos Janduís (TRINDADE, 2010)⁹.

Destaca-se como o mediador dessas relações Jacob Rabbi. Ele conduziu aportou no Rio Grande para servir de intermediário entre os holandeses e os tapuias. Jacob Rabbi era judeu-alemão que veio ao Brasil na tripulação de Maurício de Nassau nomeado governador-geral do Brasil Holandês. A pedido deste, Rabbi, foi ao interior da Capitania Hereditária do Rio Grande onde passou quatro anos junto aos Tapuias Janduís, chefiados pelo "rei" de mesmo nome. Além de servir de intérprete dos Janduís para os holandeses, sua permanência entre os índios consolidava as bases da aliança política neerlandesa – tapuia (TRINDADE, 2010; SILVA, 2014).

Entretanto, continuando a falar sobre a situação do Engenho de Cunhaú, ocorreu que

Depois da invasão e, tendo em vista a oposição de Matias de Albuquerque à presença holandesa, a Companhia o confiscou e o vendeu, em 15 de junho de 1637, a Joris Garstman, primeiro

⁹ Este mesmo autor que cita de Câmara Cascudo, afirma que alguns nativos potiguares mantiveram algumas relações com os holandeses.

governador holandês da capitania do Rio Grande, e ao conselheiro Baltasar Wintgens por 60 mil florins (TRINDADE, 2010, 61).

É nesse momento que as disputas militares se acentuam. Em 1644 o governador-geral Maurício de Nassau havia voltado para a Holanda e os portugueses animaram-se para expulsarem os holandeses (TRINDADE, 2010).

Entretanto, nesse clima de disputas entre holandeses e portugueses, acentuados pela saída do governador-geral que segundo TRINDADE (2010, p. 62) acontece um evento em:

Um sábado, apareceu Jacob Rabi no engenho Cunhaú, então pertencente a Gonçalo Ribeiro, a frente de muitos indígenas, potiguares e tapuias. Avisou que tinha instruções para comunicar aos colonos, pedindo-lhes que aguardassem a leitura dessas ordens depois de oficiada a missa. No dia seguinte a pequena capela do engenho ficou lotada. Os colonos estavam na capela desarmados. Ao começar a missa, Jacob Rabi e os índios que o acompanhavam mataram a todos (aproximadamente setenta pessoas) que se encontravam dentro da capela, inclusive o padre André de Soveral, 73 anos, atacado com uma adaga e feito em pedaços, por Jererera, filho de Janduí. Foi um massacre horrível TRINDADE (2010, p. 62).

Recorremos mais uma vez ao pesquisador TRINDADE (2010) que cita Diogo Lopes Santiago (*História da Guerra de Pernambuco*) e frei Raphael de Jesus (*Castrioto Lusitano*), para afirmar que a ação de Jacob Rabi e dos índios foram motivadas a partir de ordens recebidas diretamente de Recife, para que os moradores do engenho fossem mortos. TRINDADE (2010) apresenta também outra versão que é dada por Nieuhof que diz que “foram os tapuias que, informados sobre a sublevação dos portugueses em Pernambuco, revoltaram-se e resolveram atacar Cunhaú” (apud MEDEIROS FILHO, 1998, p. 105).

Figura 2 – Capela onde foram massacrados os fiéis.



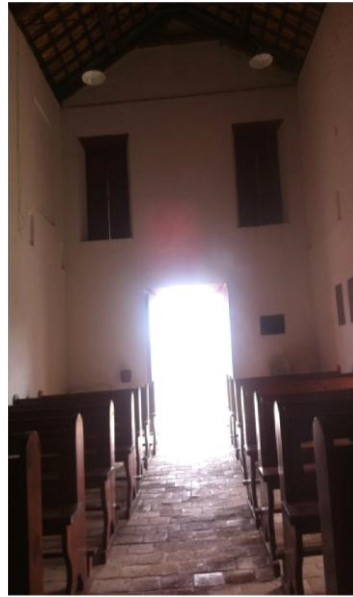
Fonte: coleta de informações visuais pelo autor

Auricéia Antunes de Lima (2001) apresenta praticamente a mesma versão de TRINDADE, mas amplia a visão deste autor, citando também Diogo Lopes Santiago. Ele diz que alguns fiéis percebendo que iam morrer, começaram a se confessar para Jesus Cristopedindo perdão pelos erros. Auricéia Antunes de Lima (2001, p. 74) acrescenta ainda que

Relatam historiadores que em sua agonia o Pe. Soveral colocou as mãos nas paredes da capela. Fiéis afirmam que até início da década de 80 era possível verificar as manchas de sangue (LIMA, 2001, p. 74).

Outro autor que conta sobre a versão sobre o massacre é a do Monsenhor Francisco de Assis Pereira (1999). Sua versão é mais de cunho religioso católico. Sua versão é muito parecida com a que mencionamos acima, porém nos revela alguns detalhes, como o clima de medo em relação aos holandeses por parte dos católicos já se era perceptível e alguns detalhes sobre a morte dos que estavam presentes na capela.

Figura 3 – imagem de dentro para fora da capela



Fonte: coleta de informações visuais pelo autor

Após a morte dos católicos, ocorrida dentro da Capela de Nossa Senhora das Candeias que ficava no engenho de Cunhaú (LIMA, 2001), o próprio engenho foi incendiado pelos holandeses e os nativos (TRINDADE, 2010). Assim, este é o episódio do Massacre do Engenho de Cunhaú.

O número preciso de mortos é confuso. Segundo TRINDADE (2010) foram 70 pessoas. LIMA (2001) recorre a Moreau que não afirma um número preciso, apenas que foram entre 60 e 80. E Segundo SILVA (2014) afirma a mesma quantidade de TRINDADE (2010), 70 pessoas e acrescenta ainda “muitos compareceram, mas uma chuva torrencial impediu que o número fosse maior” (SILVA, 2014, P. 30). Encontramos esta mesma citação em Pereira (1999, p. 15), acrescentando que os que não foram, ficaram na casa de engenho Pereira (1999).

Além das dúvidas sobre o número de mortos, há divergências sobre a data do Massacre do Engenho de Cunhaú. TRINDADE (2010) afirma que foi em 16 de julho de 1645, mas refere-se a Frei Manuel Calado que indica a data de 29 de junho, assim como a frei Raphael de Jesus, que afirma que foi no dia 16 de junho. LIMA(2001) afirma que o Massacre ocorreu no dia 16 de julho de 1645, e SILVA (2014) também. Já PEREIRA (1999) diz que foi 16 de julho também.

Ao massacre, os portugueses deram caráter de intolerância religiosa ao massacre, definindo que havia perseguição religiosa feita pelos calvinistas

holandeses, enquanto os nativos, que integravam o exército holandês, falavam em uma insatisfação com os maus-tratos realizados dos portugueses. Vejamos a citação para esclarecermos melhor.

Os índios que integravam o exército holandês, entre eles grande parte da nação potiguar, afirmavam que só participaram dos massacres porque não mais suportavam os maus-tratos dos portugueses. O fato é que os massacres desgastaram ainda mais a imagem dos holandeses, potencializando a reação luso-brasileira contra a presença holandesa no Brasil. Depois dessa ondata de massacres executada pelos holandeses, os luso-brasileiros reagiram, organizando expedições punitivas contra os flamengos, destruindo as suas propriedades, assassinando os seus funcionários e espalhando o terror no Nordeste holandês, principalmente no Rio Grande (do Norte) (TRINDADE, 2010, p. 64).

Assim, percebemos aqui as visões dicotômicas, distintas, opostas e diferentes que mencionamos acima. Essas dicotomias, distinções, oposições e diferenças vão ser acentuadas mais adiante quando a Igreja Católica recorrerá ao martírio como fundamento para fundamentar o processo de beatificação dos que ali foram mortos.

Vale ressaltar aqui, como foi observado na citação acima, que as matanças desgastaram a imagem da Holanda e potencializou assim a reação luso-brasileira contra a presença deles no Brasil. Como consequência disso, após esses acontecimentos os portugueses promoveram expedições punitivas contra os flamengos, destruíram suas propriedades, assassinaram funcionários e espalharam terror pelo Nordeste holandês (TRINDADE, 2010).

Outra explicação surge a partir da citação abaixo.

Joan Nieuhof, funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, que viveu no Brasil de 1640-1649, oferece outra pista que pode explicar a ação dos holandeses, num momento em que a resistência luso-brasileira inflamava-se. Para ele, “se o inimigo dominasse o interior e nos privasse do fornecimento de gado e farinha do Rio Grande, justamente numa ocasião em que Itamaracá e Paraíba também estavam bloqueadas, ser-nos-ia quase impossível manter a posse do Brasil holandês, enquanto não chegassem da Metrópole os socorros esperados” (1981, p. 269). “Sem o Rio Grande”, diz Hermann Watjen, no seu *O Domínio Holandês no Brasil*, que “a alimentação da população de Pernambuco, em constante crescimento, seria uma coisa impossível” (apud MEDEIROS, 2002, p. 11). A resistência à presença holandesa aumentava dia-a-dia no Rio Grande. Era preciso extirpá-la, sob pena de, não o fazendo, todo o Brasil-Holandês ficar irremediavelmente ameaçado. A manutenção do Rio Grande era caso de vida ou morte para os holandeses (TRINDADE, 2010, p. 64).

O que era difícil, tornou-se mais complicado de se entender com esta passagem. Outro elemento que surge como justificativa, a manutenção das terras por parte dos holandeses, e para isso era preciso extinguir os portugueses daquela região.

Por fim, como conclusões desse capítulo, observamos que a região do Engenho de Cunhaú na no início do povoamento das terras da capitania do Rio Grande se apresentavam muito lucrativas justamente pelo comercio açucareiro do engenho, assim como acarne bovina, farinha de mandioca, milho, algodão que abasteciam outras capitanias. Esse fato fez com que fosse considerada *a menina dos olhos dos holandeses por causa da fertilidade das suas terras*. Esse foi o motivo dos primeiros ataques àquela região, como intuito de apenas roubar esse materiais.

Entretanto, o episódio que marcou a passagem holandesa naquela região foi o massacre realizado por Jacob Rabbi, juntamente com índios potiguares e Janduís. Segundo o que observamos, o ataque foi ocasionado por motivos político-econômicos, tendo em vista os conflitos entre essas nações. Lembramos que Portugal estava sob o comando do Rei Felipe II, consolidado pela União Ibérica.

Porém, podemos perceber também um aspecto religioso, tendo em vista que os holandeses eram calvinistas, e os portugueses eram católicos. Assim, as brigas de lá da Europa podem ter criado um clima de rivalidade. Cabe ressaltar que alguns nativos que ajudaram os holandeses, sendo eles potiguares e Janduís, durante o Massacre de Cunhaú, receberam tratamento especial, chegando a ir estudar no próprio território holandês. Lá aprenderam muito sobre a cultura europeia, chegando até a se converte ao calvinismo.

Assim, não podemos enfatizar que as motivações que levaram ao massacre tenham tido apenas um elemento principal, mas vários. Assim, tem-se vários pontos de vista.

Desses vários pontos, mais precisamente do religioso católico, que surge o processo de beatificação e canonização das pessoas que foram mortas durante os Massacres de Cunhaú e Uruaçu.

5 O DESENVOLVIMENTO DO CULTO AOS MÁRTIRES E A CRIAÇÃO DO ESPAÇO SAGRADO: O PROCESSO DE BEATIFICAÇÃO COMO RECONHECIMENTO DAS MORTES NO ENGENHO DE CUNHAÚ

Apresentamos no capítulo anterior o evento denominado de Massacre de Cunhaú. Observamos que os aspectos que levaram a morte dos cristãos católico na capela foram motivados por disputas entre holandeses e portugueses, sendo que os holandeses contaram com ajuda dos nativos da região da então Capitania do Rio Grande, atual Rio Grande do Norte.

Será apresentado neste capítulo alguns aspectos que motivaram o desenvolvimento do Engenho de Cunhaú como espaço sagrado e tornando-se assim um fenômeno religioso. Tentaremos fazer esta análise a partir da visão das Ciências da Religião.

5.1 O DESENVOLVIMENTO DO CULTO AOS MÁRTIRES

Começamos este tópico perguntando como nasce o culto? Humildemente respondemos que não sabemos.

Entretanto, buscaremos responder como nasceu o culto aos mortos no engenho de Cunhaú, a partir da bibliografia que dispomos. Assim sendo, sabemos que as pessoas mortas naquele massacre são consideradas hoje mártires e foram beatificados pelo Papa João Paulo II. Assim, vamos contar a trajetória até esse ponto.

Apresentado os elementos do massacre no capítulo anterior, vamos a observar ao processo de canonização dos mortos no episódio do Massacre de Cunhaú, que culminou também nos que foram massacrados em Uruaçu¹⁰.

Segundo Lima (2001), a preocupação e a devoção com os mártires começaram somente no século XX. Assim, recorreremos ao mesmo questionamento de LIMA(2001, p. 87):“a Igreja Católica por que demorou tanto tempo para estudar o assunto?”.

Esse fato pode ser entendido através Pereira (1999). Segundo ele, houve um destaque inicial em relação ao morticínio. O documento chamado *Relação* de

¹⁰ Não entramos e nem vamos entrar em detalhes em relação a este evento que ocorreu pouco tempo depois na mesma capitania. Para mais detalhes consultar TRINDADE (2010) e LIMA (2001).

LopoCurado Garro, que é o mais antigo encontrado em relação ao fato, sendo que as palavras mártir e martírio foram mencionados 13 vezes no documento. Frei Rafael foi outro que citou este evento já naquela época naquele século XVII (PEREIRA, 1999).

Em relação ao nosso questionamento, podemos entendê-lo porque desde a criação da diocese de natal em 1909, não foram encontrados nenhum documento ou pronunciamento por parte dos três primeiros bispos, criando um momento de silêncio em relação ao morticínio (PEREIRA, 1999).

Segundo Francisco de Assis Pereira (1999), somente com Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas houve um intenso movimento de veneração aos mártires. A antiga capela voltava a ter visitas.

No decorrer do tempo houveram outras formas de culto aos mártires como o III centenário do martírio e os congressos eucarísticos (PEREIRA,1999). Mas somente a partir de 1988 que Sacerdotes e leigos católicos vão estudar o caso, a fim de conduzir a um processo de beatificação das pessoas mortas nos dois massacres no estado. Daí em diante ocorre um longo processo que permeia o pedido oficial, em 1989; a aprovação do pedido por parte da Santa Sé; a vinda do Papa João Paulo II à Natal em 1991, entre outros eventos (LIMA, 2001).

Nesse processo, o clima no estado era muito avivador, cheios de orações e fervores em relação a causa. Conta Lima que

O assunto (beatificação dos Mártires) chamou a atenção dos norte-rio-grandenses. A experiência desses dias vividos em Canguaretama é única e inesquecível. Foram rezados o Terço, Ofício, Ladainha, TE DEUM. Aconteceram romarias, vigílias, caminhadas penitenciais, tríduo de orações, missas na Matriz e na Capela de Cunhaú. Os sinos repicavam. Os carros buzonavam. Muitos fogos de artifícios e louvores. O telefone tocava constantemente. Paroquianos chegavam à Casa Paroquial para ouvirem do sacerdote a boa nova (LIMA, 2001, p. 90).

O clima de fervor torna-se ainda maior com o decreto do Papa João Paulo II afirmando a arquidiocese de Natal recebe o comunicado seis meses depois da visita do Papa de que o caso seria investigado mais profundamente (LIMA, 2001).

Após um longo processo que durou quase uma década de estudos realizada por diversos pesquisadores, cujo relator foi Monsenhor Francisco de Assis Pereira com o texto intitulado *Evangelização e Martírio na Capitania do Rio Grande*, ocorreu

em cinco de março de 2000 a beatificação dos mártires na Praça de São Pedro, na cidade de Roma (PEREIRA, 1999; LIMA, 2001).

Atualmente na fazenda Cunhaú ao lado da capela foi construída uma basílica dos mártires de cunhaú, santuário Chama de Amor que teve início no dia 11 de Setembro de 2011 e está aberto à visitação, além das missas mensais regulares o local também serve como escola para os moradores da zona rural da fazenda.

O santuário recebe caravanas de fiéis constantemente e nos dias de celebrações pelas datas de 16 de Julho e 03 de Outubro o número de fiéis aumentam. Festejos religiosos como procissões, missas são dedicados ao dia. Esse culto aos mártires e ao santuário é uma prática religiosa de um universo simbólico religioso de grande valor na tradição religiosa do povo Potiguar. Uma manifestação do sagrado.

A cerca de domínios místicos e ritualísticos a data do martírio de Cunhaú é lembrada por todos os católicos, e celebrar a data para muitos fiéis é redescobrir o valor que o santuário tem

Já no processo de beatificação do Mártires existiam algumas celebrações junto a capela da região. Entretanto, para que a estrutura da capela não fosse comprometida, foi criado um novo espaço para o culto aos mártires, a cerca de 200 daquela.

Figura 4 – imagem frontal do Santuário Chama de Amor



Fonte: coleta de informações visuais pelo autor

Figura 5 – imagem interna do Santuário Chama de Amor



Fonte: coleta de informações visuais pelo autor

O novo espaço foi construído pelo Movimento da Igreja Católica Apostólica Romana e recebe a denominação de Santuário.

O santuário da Chama de Amor teve início em Canguaretama no dia 11 de setembro de 2001 e estará aberto a visitação, a partir do final do mês de outubro, com missas mensais regulares.

Diante desse contexto que descrevemos acima podemos perceber que nesse momento, dentro desse clima que começaram a surgir com mais fervor, euforia, êxtase, orações, preces, romarias e etc, e assim emerge o nascimento de uma espécie de espaço sagrado. O que até então, era considerado uma espécie de espaço de lamentações “devido as atrocidades cometidas por selvagens”¹¹, torna-se um espaço de culto, orações, promessas...

Segundoos autores que vimos no início do texto, “a revelação de um espaço sagrado permite que se obtenha um “ponto fixo”” (ELIADE, 1992, p. 20). No caso do espaço do massacre, tanto que Cunhaú é o próprio ponto fixo.

O mesmo autorque “todo espaço sagrado implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que tem como resultado destacar um território do meio cósmico que o envolve e o torna qualitativamente diferente” (ELIADE, 1992, p. 20). Neste caso não podemos concordar com o autor, porque não houve sinais, pelos menos

¹¹ Esta não é minha visão, mas temos essa impressão ao contarmos a história desses, ou de qualquer outro ataque a pessoas.

não que foram descritos, que tenha havido uma hierofania. Entretanto, concordamos que o espaço tornou-se qualitativamente diferente devido as inúmeras movimentações que descrevemos acima na região assim que a população soube sobre os estudos do massacre.

O outro autor de também citamos diz que “o lugar sagrado é um espaço ‘recortado’ dentro do grande espaço cósmico ou telúrico” (CROATTO, 2001, p. 347). No nosso caso de estudo,este espaço recortado, foi recortado séculos depois do caso que o move, e ainda assim de maneira forçosa, se assim podermos afirmar.

Fato interessante ressaltado por TRINDADE sobre o culto é que

Na falta de rostos conhecidos, os fiéis dos novos mártires terão de cultuar imagens dosmassacres, mais precisamente três quadros que dão detalhes das chacinas. Não há notícias, atéo momento, de que os mortos nos massacres tenham feito algum milagre. O Vaticano, porém, estáconvencido de que preencheram os três requisitos para se tornar um mártir: morreram defendendoa fé católica, foram supliciados e não reagiram. (TRINDADE, 2010, p. 64).

Este fato nos chama atenção na criação de imaginário sagrado, o fato da crenças dos mártires por causa da autoridade e sede da Igreja Católica Apostólica Romana, o Vaticano. Desse fato, podemos afirma que a construção do espaço sagrado da capela de Cunhaú através da morte dos mártires é fruto de um contexto que envolve questões sociais e históricos, e porque não políticos?

E entretanto, devemos lembrar que este não foi o primeiro nem o único massacre ocorrido na capitania do Rio Grande. Sabe-se que antes dos holandeses, portugueses chegarem nessas terras e também promoveram várias mortes, assim como

Em fins de 1645, João Barbosa Pinto apareceu em Cunhaú e “vingou todo o sangue derramado”. Em 05 e 06 de janeiro de 1648, Henrique Dias, o glorioso negro Mestre de Campo, atacou os holandeses em Guarairas (Arês), matando todos os holandeses, os seus escravos e os seus aliados indígenas; em agosto de 1651, mais uma vez João Barbosa Pinto reaparece em Cunhaú, sendo seguido pouco depois por Antônio Dias Cardoso que, sabendo da intenção dos holandeses de fazer funcionar aquele engenho, incendiou tudo, impedindo o seu funcionamento(CASCUDO 1984, p. 70-71 apud TRINDADE, 2010, p. 64).

Ou seja, houve vingança por parte dos portugueses católicos que promoveram também uma matança generalizada com os holandeses. E aí fica a pergunta: o que acontece com estes que professavam a fé calvinista? Receberam também homenagens? Algum dia receberam? Para isso é preciso outra investigação acadêmica-científica.

Podemos também perceber do fato acima que, de certo modo, houve caso de intolerância religiosa. Destacamos este aspecto sobre intolerância religiosa porque no dizer de TRINDADE (2010, p. 64) “os portugueses e a Igreja atribuíram os massacres à intolerância religiosa”.

Por fim, podemos enquadrar os acontecimentos como “fenômeno religioso” apoiado por BARRUEL DE LAGENEST (1976, P. 49), considerando o “contexto econômico, social, cultural e político, dele depende tanto em relação aos elementos que o constituem como à sua evolução”.

E o que podemos observar neste trabalho foi uma instância exterior de uma realidade interior muito subjetiva. Isto corrobora com o mesmo autor acima, quando este afirma que:

Se uma religião, qualquer que seja, pode ser assim definida, é porque se manifesta por atitudes exteriores que revelam atitudes interiores e por ações e gestos cujo sentido profundo os transcende. Essas atitudes, gestos e ações constituem o conjunto daquilo que se pode chamar fenômenos religiosos (BARRUEL DE LAGENEST, 1976, P. 15-16).

Dessa forma, relacionamos os aspectos históricos, socioculturais, econômicos, políticos aos aspectos religiosos como produto das relações do indivíduo com a sociedade.

CONCLUSÕES

Procuramos neste trabalho estudar o *espaço sagrado* que configura o *Engenho de Cunhaú localizado no município de Canguaretama no estado do Rio Grande do Norte* como havíamos dito na introdução.

Desse modo, destacamos que o processo de invasão/chegada dos holandeses em territórios brasileiros se deu por questões políticas que envolveu também questões territoriais, assim como questões econômicas. A primeira devido a União Ibérica que acarretou o embargo aos holandeses por parte do Rei da Espanha Felipe II. A segunda está relacionada a esta disputa territorial, mas envolveu a questão econômica relacionada à atividade açucareira no litoral do nordeste brasileiro.

Posteriormente, vimos que a região do Engenho de Cunhaú no início do povoamento das terras da capitania do Rio Grande se apresentavam muito lucrativas por causa do comércio açucareiro do engenho, assim como a carne bovina, farinha de mandioca, milho, algodão que abasteciam outras capitanias, corroborando assim para a nomenclatura de “*a menina dos olhos dos holandeses*”.

Este fato ocasionou o momento da passagem holandesa naquela região e conseqüentemente o massacre realizado por Jacob Rabbi, juntamente com índios potiguares e Janduís. A investigação também nos trouxe como resultado que o ataque foi ocasionado por motivos político-econômicos, tendo em vista os conflitos entre essas nações, com o acréscimo do aspecto religioso, tendo em vista que os holandeses eram calvinistas, e os portugueses eram católicos. Assim, as brigas de lá da Europa podem ter criado um clima de rivalidade. Deste fato as motivações que levaram ao massacre foram de várias ordens.

Desses vários pontos, mais precisamente do religioso católico, que surge o processo de beatificação e canonização das pessoas que foram mortas durante os Massacres de Cunhaú e Uruaçu.

No último capítulo, observamos o processo de beatificação dos chamados mártires de Cunhaú. Vimos que logo após as mortes, alguns estudiosos mencionaram em seus estudos o massacre, e que ao longo dos séculos não houveram muitas cultos e celebrações em relação ao fato.

Foi somente com o quarto arcebispo de Natal, que houve um clima um pouco mais fervoroso em relação ao massacre. Houveram também durante o século XX

algumas celebrações e homenagens aos mártires graças a Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, chegando a haver algumas celebrações na capela da cidade de Canguaretama.

Desse modo percebemos que todo esse ambiente criado constituiu fenômeno religioso. Sendo assim, constatamos vários pontos: políticos, sociais, históricos, religiosos etc. Percebemos assim que o que estudamos é um fenômeno religioso. “O fenômeno religioso nunca é puramente religioso”.

Podemos então afirmar que a crença nos mártires é uma crença cega? De forma nenhuma. Os aspectos criados através do levantamento da cúria serviram para tornar os mártires canonizados, sendo que configuram e reforçam a fé que neles acreditam.

REFERÊNCIAS

BARRUEL DE LAGENEST, J.P. **Elementos de Sociologia da Religião**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

FILORAMO, Giovanni. PRANDI, Carlo. **As Ciências das Religiões**. Tradução José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^o ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Auricéia Antunes de. **Terras de Mártires**. 2 ed. Natal: Ed do autor, 2001. Edição revista e ampliada.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Ed. EDUFRN. Natal, 2002.

PEREIRA, Francisco de Assis. **Protomártires do Brasil: Cunhaú e Uruaçu – RN**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1999.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2010.

SILVA, Erivan Oliveira Ferreira da. **Memórias de Canguaretama**. 1^a edição. Canguaretama: Projeto Vale das Matas, 2014.

SILVA, M. A O.; MORAIS, M. Z. de; BRITO, N. E. de e DUTRA, N. L.. Osmassacres. História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: URL: www.seol.com.br/rnnaweb/

USARSKI, Frank. **Constituintes da Ciência da Religião**: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma. São Paulo: Paulinas, 2006. Coleção repensando a religião.